

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os anteriores Governos atribuíram, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a maior prioridade à redução do número de consultas médicas realizadas fora dos Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG).

Assim, na anterior Legislatura, a percentagem de consultas hospitalares que ultrapassavam os TMRG registou uma evolução positiva, como o comprova o facto de a mesma ter decrescido de 31%, em 2010, para 26%, em 2015.

Contudo, o atual Governo voltou a subir a percentagem de consultas realizadas fora do TMRG para 28%[1], como logo sucedeu em 2016, um aumento de 2 pontos percentuais, que compromete os resultados positivos que estavam a ser alcançados pelos anteriores executivos.

A agravar o que se acaba de referir, acresce mesmo que os tempos de espera para consultas hospitalares continuaram a aumentar no último ano, obrigando milhares de doentes a esperar largos meses, por vezes mesmo anos, pelo acesso às consultas de que carecem, assim vendo comprometido o seu direito à proteção da saúde.

Tal é o que sucede no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE, designadamente nas suas unidades de Vila Real, Chaves e Lamego, no qual um grande número de consultas de especialidade ultrapassam significativamente os TMRG, como os exemplos seguintes, apenas os mais graves, sobejamente evidenciam:

- * 1603 dias de espera para uma consulta da especialidade de Urologia, no Hospital São Pedro de Vila Real;
- * 1038 dias de espera para uma consulta da especialidade de Oftalmologia, no Hospital Distrital de Chaves;
- * 933 dias de espera para uma consulta da especialidade de Reumatologia, no Hospital São Pedro de Vila Real;
- * 771 dias de espera para uma consulta da especialidade de Angiologia/Cirurgia Vascul, no

Hospital São Pedro de Vila Real;

* 711 dias de espera para uma consulta da especialidade de Pneumologia, no Hospital Distrital de Lamego;

* 700 dias de espera para uma consulta da especialidade de Ortopedia, no Hospital São Pedro de Vila Real;

* 683 dias de espera para uma consulta da especialidade de Ortopedia, de Hospital Distrital de Lamego;

* 557 dias de espera para uma consulta da especialidade de Oftalmologia, no Hospital São Pedro de Vila Real;

* 496 dias de espera para uma consulta da especialidade de Pneumologia, no Hospital São Pedro de Vila Real;

* 483 dias de espera para uma consulta da especialidade de Medicina Física e de Reabilitação – Fisiatria, no Hospital Distrital de Lamego;

* 331 dias de espera para uma consulta da especialidade de Oftalmologia (rastreamento da Retinopatia Diabética), no Hospital São Pedro de Vila Real;

* 329 dias de espera para uma consulta da especialidade de Neurologia, no Hospital Distrital de Lamego.

Esta é uma situação absolutamente inaceitável e que responsabiliza particularmente o Governo, bem como os partidos políticos que o apoiam, tanto mais que, há já dois anos, o Ministro da Saúde se comprometeu publicamente, perante a Assembleia da República, em reduzir substancialmente os TMRG nas consultas hospitalares realizadas no âmbito do SNS.

Com efeito, a 6 de Abril de 2016, o referido membro do atual executivo socialista afirmou na Comissão de Saúde, em resposta a uma pergunta que lhe fora dirigida por um Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, que “O ponto de partida no final do ano passado [2015] foi que apenas 74% das respostas eram garantidas dentro do Tempo Máximo de Resposta Garantida. Este é o ponto de partida, cabe-nos a nós, no final do ano [2016], apresentar um ponto de chegada diferente e esperemos que substancialmente melhor. Mas também lhe digo, Sr. Dep.º [referindo-se a Cristóvão Simão Ribeiro], tudo o que for menos de 80% será pouco ambicioso.”

O Grupo Parlamentar do PSD exige, pois, que o Governo adote sem mais demora as medidas que se impõem para inverter esta crescente degradação das condições de acesso dos doentes aos cuidados de saúde no SNS, importando ainda que o executivo informe a Assembleia da República imediatamente sobre a forma de como pretende reverter a situação que deixou agravar.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, dirigir ao Governo, através do Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Que medidas concretas vai o Governo tomar para reduzir o número de consultas hospitalares realizadas fora dos Tempos Máximos de Resposta Garantida no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE?
2. Em que data ou datas pretende o Governo tomar essas medidas?
3. Quais são os objetivos quantificados pelo Governo para reduzir o número de consultas hospitalares realizadas fora dos TMRG no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE, e com que prazos?

Palácio de São Bento, 25 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)